A LEMBRANÇA DO SUL

Paula Cappellin*

Foto: Arquivo CEM

Depois de 16 de março, dia inaugural do plano "Brasil Novo", os eventos vão rapidamente delineando um processo de recessão econômica, no qual se detecta a reorganização da oferta de emprego. Os jornais, reproduzindo as estatísticas do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), tornam manchete o desemprego que imediatamente atinge os trabalhadores da construção civil, da indústria e dos serviços. Além disso, quando os dados deste período são comparados com aqueles dos períodos imediatamente posteriores aos planos "Cruzado", "Bresser", e "Verão", observa-se que o plano "Brasil Novo" apresenta um impacto recessivo mais intenso, sendo que o desemprego e demissões atingem mais uma vez um tradicional segmento de trabalhadores urbanos: os nordestinos que haviam migrado para as grandes cidades do Centro-Sul.(1)

Homens e mulheres de todas as idades, e até grupos familiares, passam a povoar os terminais rodoviários; orçamentos familiares desestruturam-se; sonhos de uma vida melhor se esvanecem. O retorno para o local de origem não é novidade, muitos já o vivenciaram, alguns pensando que não mais voltariam a migrar, outros simplesmente para ajudar a família no período da colheita. Mas o que representa para estas pessoas a migração? O que elas carregam consigo na volta? O que fica como balanço de meses, anos de trabalho nas grandes cidades do Sul?

Buscaremos responder a estas questões a partir de alguns resultados obtidos em estudos realizados entre 1980 e 1987 sobre um grupo de trabalhadores urbanos e rurais paraibanos que, após ter migrado para o Sul, retornam para o seu Estado.(2)

A VIAGEM PARA O SUL

No Brasil, as políticas de apoio à industrialização, vieram associadas ao propósito de reduzir as desigualdades regionais Nordeste-Sul e de elevar o padrão de existência da população trabalhadora. Entretanto, o caminho desenvolvimentista, empreendido com maior decisão durante o governo Kubitschek, fortaleceu a formação de centros industriais-urbanos que se tornaram fontes dinâmicas de emprego e, por isso, pólos de atração para os trabalhadores de todo o país.

No projeto de vida de muitos trabalhadores nordestinos, a migração para os grandes centros urbanos do Sul aparece como sendo a possibilidade de uma radical mudança não só na sua trajetória ocupacional, mas fundamentalmente na sua situação de classe. Ir para Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro é visto como um passo obrigatório para quem deseje romper com as amarras da tradicional sujeição ao proprietário de terra, para quem busca um meio para complementar a precária sobrevivência em seus pequenos lotes ou em terras cedidas ou arrendadas e para quem queira se defender da ameaça de expulsão. Todos os estudos sobre a classe operária nos anos 50/60/70 necessariamente acabam fazendo referência às formas de incorporação da população de origem rural ao mercado de trabalho urbano-industrial nas capitais do Sul.

Na trajetória ocupacional dos assalariados paraibanos, sejam eles vinculados à agricultura ou à indústria, a experiência migratória é ainda hoje marcante. As histórias ocupacionais de 154 trabalhadores residentes em cinco municípios paraibanos, mostram que quase a metade destes têm realizado mais que uma viagem para o Sul — São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília — em ordem de importância. Em muitos casos, as idas foram repetidas várias vezes, totalizando até quinze viagens para alguns trabalhadores. Nas sucessivas viagens os migrantes não

buscam as mesmas empresas nem tampouco os mesmos setores econômicos. Eles têm trabalhado em indústrias têxteis, alimentares e confecções ou também no comércio ou nos serviços. Contudo, entre as mais variadas ocupações os paraibanos encontram, com maior frequência, trabalho na construção civil. Isto é, no ramo onde se recruta com facilidade quem não tem qualificação e onde não se faz distinção entre trabalhadores de origem rural ou urbana.

O QUE SE BUSCA NO SUL

Entre os ASSALARIADOS URBANOS paraibanos a busca de emprego no Sul tem objetivos precisos. O espaço da grande cidade é visto como uma fonte inesgotável de oferta de trabalho. O que desejam é trabalhar em uma empresa de grande porte onde as relações com os empregadores sejam diferentes daquelas dominantes na Paraíba. Também desejam viver em uma cidade onde as regras de comportamento apareçam livres daquele controle social sofrido na cidade de origem.

F. (28 anos)

"Eu só vou para São Paulo, na casa de meu irmão e de lá procuro trabalho. Não está fácil em canto nenhum, mas pelo menos a gente tem a cidade grande que quando não arranjo num canto posso achar em outro. Aqui quando sai de um emprego não tem escolha, ou fica parado ou vai embora. se eu viajar para J. Pessoa não vai dar certo, eu vou ter duas despesas: eu lá e minha mulher aqui com o menino. O salário não vai dar. Eu vou para São Paulo e depois mando buscar."

C. (25 anos)

"Tem diferença porque os donos, lá em São Paulo, entendem quando a gente está em precisão. Eu estive internada em São Paulo. O médico deu o atestado. Aí o dono não queria mesmo que eu voltasse quando estava me recuperando. Não aceitava que eu ficasse trabalhando. Aí eu fiquei mais tempo em casa. Aqui fui operada também. O médico só deu um mês e eles na empresa não me davam

Foto: Arquivo CEM

mais. Voltei a trabalhar rápido. Teve que trabalhar mesmo."

Às vezes a ida para o Sul não representa a busca de uma mudança dos padrões de comportamento, nem tampouco uma nova inserção profissional. Procura-se simplesmente um nível remunerativo mais alto em vista da futura aposentadoria.

A. (53 anos)

"O engano do Nordeste é o Sul. Quando a pessoa vai para o Sul não acredita. Só uma coisa é diferente e se torna boa: é quando a pessoa chega a se aposentar por lá, pelo Sul. A vantagem é melhor. Pois muitos foram trabalhar, passaram lá três ou mais anos e quando vêm já podem se aposentar com trinta anos de INPS pelo Sul. Só tem essa vantagem"

A imagem que na indústria e na grande cidade as relações de trabalho e os padrões de comportamento se pautam por regras diferentes, arraigou-se com força na mentalidade nordestina, e tal convicção é reafirmada também pelos trabalhadores que se recusam a percorrer novamente o caminho para o Sul. Emprego na fábrica e vida na grande cidade não estimulam, ao contrário, desencorajam aqueles que não se sentem capazes de se adaptar à nova situação.

M. (35 anos)

"Eu fui para Rio de Janeiro cinco vezes, foi na época que meu marido me deixou. Trabalhei dois anos em casa de família. Tinha também a fábrica, mas ficava muito longe. Eu pejei para ir na fábrica, mas meu irmão disse que eu não ia porque ele não podia me buscar todas as noites. Eu sozinha não podia vir de meia noite porque é perigoso. Eu dormia então na casa de família e voltava em casa de oito em oito dias. As minhas crianças ficavam com a minha família. Eu não gostava, chorava todas as noites, me lembrava de meus filhos. Agora não volto não. Se for necessário eu peço esmola, mas não vou embora."

Nas lembranças não desapare o

conflito entre o projeto ocupacional e as condições de vida. A ida para o sul visa o emprego mas também há exigências fundamentais que extrapolam o cotidiano na prática de trabalho. O novo emprego exige uma reorganização do lar e a revisão dos laços afetivos, isto é, exige uma nova solidariedade familiar.

Os ASSALARIADOS RURAIS paraibanos são menos otimistas que os operários quanto às perspectivas de melhoria oferecidas pela migração. Tais perspectivas parecem ter-se paulatinamente dissolvido e a migração é somente uma entre outras alternativas. O que tem levado os trabalhadores rurais a reconsiderar este caminho tradicional? É talvez, o descrédito nas oportunidades aparecidas nas grandes cidades? As repetidas viagens para o Sul em outras épocas são sempre um meio para o confronto com as experiências relatadas por parentes, amigos e, talvez por isso, já não incentivam mais as esperanças ou os desejos de mobilidade social.

Os meios de comunicação de massa têm reduzido a distância entre as áreas rurais e o espaço urbano e nesse mesmo sentido influíram as periódicas experiências de viagens. Em dez anos vários assalariados têm feito mais de quinze viagens para o Sul.

Durante estes últimos vinte anos o mercado de trabalho sofreu tamanhas mudanças que alterou a imagem deste ser o resultado do livre jogo da oferta e da demanda de emprego. As experiências migratórias dos anos 60 e 70 mostram aos trabalhadores que o mercado de trabalho não está aberto em todos os seus setores. Os trabalhadores rapidamente se convencem que não ter qualificação, e não ter experiência de vida no meio urbano torna bastante difícil sua inserção em empregos estáveis. Sempre mais consolidada-se neles e convicção de que só encontra-se um trabalho, com certa facilidade, na construção civil. Esta mesma imagem reaparece quando eles falam com os companheiros que desejam viajar para o Sul, ou mesmo quando eles próprios avaliam a possibilidade de voltar a migrar.

G. (32 anos)

"Eu fui duas vezes para São Paulo. Eu trabalhava na construção civil. Trabalhei sempre no mesmo

Foto: Arquivo CEM

serviço. Tinha muitas qualidades de serviços, mas eu achei sempre na construção. Mas tinha muitas qualidades de serviços, mas só para quem tem letra. Quem tem letra, quem tem experiência pega um serviço bom... Mas quem não tem só pega fraco."

Assim, se de um lado perdem-se muitas ilusões, de outro consolida-se a certeza de que a viagem é feita para procurar "qualquer trabalho" e não necessariamente um emprego nas fábricas. Mais do que isso! Ao se sentirem excluídos do trabalho nas fábricas e à medida que conhecem a vida nas grandes cidades, os assalariados rurais percebem que a falta de escolaridade, o fato de nem mesmo saber assinar o próprio nome, os descrimina não somente no recrutamento na indústria, mas no terciário e na própria agricultura. Tudo isso fomenta neles uma resistência à migração.

J. C. (30 anos)

"Nunca teve vontade de sair da Paraíba. O povo tem uma besteira de dizer: vamos para o Sul. Eu digo: eu não vou. Aqui eu tenho vida tranquila e lá o sujeito deve dar um duro danado. Na rua grande, só se tiver muita letra para se empregar. Eu não procurei ser colono no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas)? Mas eu não sei assinar, eu não sei ler. Se eu subesse assinar, já teria me colocado. Tem que saber assinar."

R. (49 anos)

"Eu viajei quatorze vezes para o Rio de Janeiro. Lá trabalhei na entrega. O patrão era muito bom. Lá não trabalhei com carteira assinada. Nunca tive a carteira assinada. Se o cabra não tiver algum estudo não arruma nada. Só arruma o que eu arrumei mesmo. Eu morava na favela, eu sei porque tinha muita malandragem. Eu estava lá vendo aquele estilo de vida. Eu fiquei assombrado e vim embora."

O QUE CONTAR NA VOLTA

O relato de uma experiência migratória nunca é linear; não costuma resgatar exclusivamente vantagens ou desvantagens, assim como não se limita a descrever o vivenciado. Frequentemente os entrevistados comparam sua experiência com a situação presente de tal forma que se superpõem ilusões e desilusões. A distância entre passado e presente pode se ampliar ou se reduzir, ou até desaparecer com extrema facilidade. Aparentemente, as recordações são articuladas pelas aspirações e expectativas individuais de quem relata sua própria vida.

O que caracteriza as lembranças de quem volta? A experiência no emprego é ainda a referência mais importante? Quais outras relações na vida cotidiana são resgatadas pelos trabalhadores que voltam ao seu lugar de origem?

Uma vez retornados, os assalariados paraibanos, sejam eles rurais ou urbanos, já não parecem mais atribuir muita importância ao emprego como principal objetivo de suas saídas. A busca do emprego abre o caminho para outros desafios na esfera da própria existência e, a posteriori, tudo acaba se superpondo em uma experiência extremamente complexa.

O cotidiano fora do horário de trabalho, as exigências de consumo, a violência urbana, o aumento do custo de vida, são todos aspectos que intervêm no relato daqueles que foram ao Sul e de lá voltaram. É como se o maior espaço na memória dos trabalhadores fosse ocupado não pelo que procuravam naquelas idas, mas pelo inesperado que encontraram nas grandes cidades. A novidade orienta a memória e dá sentido à viagem.

F. (31 anos)

"Depois que eu cheguei da viagem, nestes dois anos que estou aqui, tive vontade de voltar para S. Paulo. Porque ir é bom demais. Para voltar é bom também. No começo não se arranja um serviço bom. Se sofre nos primeiros dois, três meses em São Paulo. Os patrões, eles dão um vale. Mas depois de uns dias nós temos que comprar roupa, sapatos. Aqui em C. o cabra anda de tudo jeito, mas lá em São Paulo o cara deve usar roupa e sapatos. Eu muitas vezes comprava uma roupa, usava, melava com graxa e não tinha quem lavasse. Aí eu encostava aí num canto. Lá em São Paulo para sair de noite, só se for três ou quatro pessoas. Tem muitos malandros que dá porrada. Se sair sozinho eles pegam, tomam relógio, tomam dinheiro. Um matuto como eu, dá em mim, e feliz quando não matam. Aqui em C. é liberto, a gente não tem inimigo, dorme de porta aberta."

G. (32 anos)

"São Paulo sempre é região do Sul. Nunca falta serviço. Tudo mundo trabalha: é homem, é mulher. Até de menor. No Sul tem indústria e no Nordeste não tem. A pessoa que chega lá no Sul fica perdido. Não tem local fácil para alugar, não tem amigo, não tem conhecidos, não tem um irmão."

Nas aspirações que compõem o projeto de vida dos assalariados rurais e urbanos da Paraíba, somente há uma "vantagem" em residir nas grandes cidades do Sul: a possibilidade de um emprego. Em seus relatos, porém, tal "vantagem" vem sempre acompanhada com a lembrança da profunda saudade pelo lar provisoriamente deixado.

Nas recordações da viagem aparece a vontade de não perder sua inserção no local de origem, de não abandonar seu passado, de conservar, apesar de todas as possíveis vantagens adquiridas, as relações afetivas da família e do lugar de origem. O sentimento de erradicação, a nostalgia dos que ficaram acabam ocupando as lembranças da experiência sofrida.

A MIGRAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA RESSOCIALIZADORA

A experiência migratória é parte importante das modalidades de vida dos trabalhadores nordestinos e sua trajetória, não sendo linear, os confronta com práticas muito diferenciadas que além de deixar marcas profundas na sua formação, os joga em um descontínuo processo de integração e exclusão social.

Das frequentes mudanças que caracterizam a formação destes trabalhadores, é possível resgatar um significado de "acumulação de experiências". A migração renova permanen-

Foto: Arquivo CEM

temente a socialização dos trabalhadores. Graças ao confronto entre campo e cidade, ou pequeno e grande centro urbano, eles ampliam seus conhecimentos, reconsideram suas aspirações, delineiam seus projetos de existência. É neste sentido que podemos dizer que a migração é um processo de RESSOCIALIZAÇÃO.

A migração é um processo de mudança das relações sociais que se formam na cidade donde os trabalhadores partem, que se transformam durante sua residência na metrópole e se redimensionam quando estes retornam ao local de origem.

O balanço que eles fazem avalia a experiência migratória à luz desta trajetória de vida que os leva a recuperar aos poucos os elos que eles nunca perderam com sua cidade natal.

O emprego no Sul mostra ao trabalhador paraibano que na relação de trabalho estão implícitas algumas regras jurídico/sociais ignoradas no local de origem: o contrato legalmente estabelecido; a despersonalização na relação empregado-empregadores; os pré-requisitos básicos para o acesso ao mercado de trabalho (saber ler e escrever, conhecer os códigos de comportamento no contexto metropolitano).

A grande cidade também é um novo ambiente no qual o trabalhador deve aprender a se movimentar. O mercado de trabalho parece amplo e diversificado, porém para ele tudo é novidade e a circulação dentro desse mercado é limitada pela concorrência entre trabalhadores (mesmo entre os migrantes); por ele ter que morar no subúrbio ou na favela; por ele não ter reserva em dinheiro, obrigando-o a aceitar qualquer trabalho. Nesse contexto a permanência no Sul impõe-se como um enorme "sacrifício".

Este processo de ressocialização aos poucos leva o trabalhador a reavaliar algumas características de seu lugar de origem. Ele não esquece que lá não havia emprego, mas agora num jogo de comparações, ele pode constatar as vantagens que o lugar de origem ainda preserva. A ausência da violência urbana; a descoberta que por ele "ser do lugar" pode dominar todas as situações; as características do mercado local de trabalho que lhe permitem articular o emprego urbano (irregular ou precário) com o vínculo à terra

Foto: Arquivo CEM

(temporário ou instável). O fato de ter regressado do Sul dá ao trabalhador uma sensação de vantagem no mercado local de emprego, por destacá-lo face aos empregadores. Por isso tudo, o retorno assume um significado explícito de não estar mais à mercê de toda e qualquer discriminação, de não ter mais que se confrontar com suas próprias incapacidades, tão evidenciadas no cotidiano de uma grande cidade.

A migração é uma ressocialização já que aquele que viajou nunca volta igual. Graças à vivência nos dois cenários, Nordeste e Sul, o trabalhador se reinsere no lugar de origem com uma mais complexa visão do mundo do trabalho e da vida proletária. Ele percebe que o assalariamento é uma relação de trabalho que o submete a um ritmo de estenuante desgaste e que o subordina no plano hierárquico e disciplinar. Mas percebe também que esta relação tem uma contrapartida que lhe cabe reivindicar e defender: os direitos trabalhistas. Ao ter conhecido uma nova situação de cidadania, o migrante, na sua volta ao local de origem, encontra maior força para barganhar, entre outras coisas, a assinatura da carteira de trabalho, a

delimitação da jornada de trabalho, a definição do salário.

Finalmente, a experiência migratória termina criando um paradoxo. Graças à permanência no Sul, o trabalhador paraibano tem adquirido maiores conhecimentos, uma consciência de cidadão e uma "nova" inserção no mercado local de trabalho. Tudo isso que em princípio poderíamos considerar um desenvolvimento pessoal e social, leva alguns destes trabalhadores a se tornarem os mais decididos desestimuladores daqueles que se propõem a percorrer os mesmos caminhos.

*Paola Cappellin é socióloga, professora do Instituto de Filosofia e C. Sociais da UFRJ

NOTAS

- (1) Ver Folha de São Paulo, dias 16/05/1990; 18/05/1990; 23/05/1990; e o Jornal do Brasil 22/04/1990; 20/05/1990; 27/05/1990; 10/06/1990, entre outros.
- (2) Paola Cappellin "Relations agriculture - industrie et marché du travail dans l'état de la Paraíba, Brasil" tese de Doctorat, Nanterre 1984; e: "Salarariat de l'agriculture: relations de travail et relations de pouvoir" VII Congresso Mondiale de Sociologia Rurale. Bologna 1988.